

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Impugnação 30/11/2020 16:43:46

Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação Eireli Av. Presidente Getúlio Vargas, 1038 - SI 03 - Bairro Novo - Olinda/PE CEP: 53.030-010 CNPJ: 12.007.998/0001-35 - Fone: +55 81 3257-5110 | E-mail: gestao.licitacao@pisontec.com 1 ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020 Objeto: Prestação de serviços de garantia e suporte técnico do fabricante, para o software "Data Protector", do fabricante "Microfocus", da solução de backup utilizada no Datacenter do Ministério público do Estado da Bahia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos. IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.007.998/0001-35, localizada a Av. Presidente Getúlio Vargas, n.º 1038, Olinda/PE – CEP 53030-010, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Carla Patrícia Carvalho da Silva, inscrita no CPF n.º 855.883.004-59, neste ato qualificada como IMPUGNANTE, vem, na forma da Legislação Vigente, em conformidade com o Artigo 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/2000, cc Artigo 26 do Decreto Nº 5.450/2000 impetrar a devida IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA em face do edital de licitação supracitado pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a discorrer. I. EXIGÊNCIA DECLARAÇÃO "5. Documentação a ser anexada pela(s) licitante(s), através do campo "INCLUIR ANEXO DA PROPOSTA", quando do cadastramento inicial da oferta em sistema (antes da abertura da sessão pública): c) COMPROVAÇÃO DE REVENDA AUTORIZADA - Apresentar documento emitido pelo fabricante Micro Focus, que comprove que a licitante é um parceiro oficial habilitado a comercializar os itens que compõem o certame para órgãos públicos. 10. A COMPROVAÇÃO DE REVENDA AUTORIZADA (cláusula 5, "c", da Seção II desta Parte do Edital) deverá ser capaz de comprovar que a licitante se enquadra como parceiro oficial da fabricante Micro Focus, de modo a estar habilitado para comercializar para órgãos públicos." 1. O edital em análise nos itens transcritos acima, exigem que o Licitante apresente documentação fornecida pelo Fabricante, comprovando ser revenda autorizada para operacionalizar o produto licitado. 2. Entretanto, essa exigência não encontra previsão na Lei 8666/93, principal diploma que norteia os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter competitivo dos certames. 3. Ora, a consequência direta da exigência em comento também é a limitação de participantes. 4. Ainda, o rol de documentos exigidos dos licitantes, conforme previsto nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativo, o que fica evidenciado pelo emprego do legislador dos termos 'exclusivamente' (art. 27, caput, Lei 8.666/1993) e 'limitar-se-á' (art. 30, caput e 31, caput, da Lei 8.666/1993). 5. Assim não é possível exigir do licitante outros documentos além daqueles elencados nos mencionados dispositivos legais. 6. Isso porque as exigências nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às 'indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame. 7. Neste mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, sendo ponto pacífico na jurisprudência desta Corte. Vejamos. • No item 9.2.1. do Acórdão 5.508/2009 – 2ª Câmara, o Tribunal determinou a Prefeituras Municipais que, em licitações envolvendo recursos federais, 'atenham-se ao rol de documentos para habilitação definido nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993, sem exigir nenhum elemento que não esteja ali enumerado'. • No item 9.1.2. do Acórdão 1.745/2009 – Plenário, o Tribunal determinou a uma entidade federal que 'abstenha-se de exigir das licitantes interessadas como condição para habilitação documentos não previstos nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993'. • No item 9.3.2.3. do Acórdão 1.731/2008 – Plenário, o Tribunal determinou a um órgão federal que 'abstenha-se de prever, como exigência de habilitação, requisitos que não estejam contemplados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, por ausência de amparo legal e por restringir a competitividade da licitação, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da referida lei.' 8. Por todo o exposto, temos que a exigência em comento não está prevista em nenhum dos dispositivos da Lei 8.666/1993 que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, devendo, portanto, ser rechaçada. III - DOS REQUERIMENTOS 1. Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados em comum acordo com o Edital de Licitação, com a Legislação Vigente, suas alterações e as demais normas que dispõem sobre a matéria, a IMPUGNANTE vem requerer o deferimento em sua totalidade da IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA para que o Edital de Licitação seja REVOGADO e devidamente revisto quanto as alegações fundamentadas na presente IMPUGNAÇÃO. Nestes Termos, Pede Deferimento. Recife/PE, 26 de novembro de 2020. PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI CNPJ 12.007.998/0001-35

Fechar